

# O imperialismo norte-americano

## Aula 12, Texto base:

WINKS, Robin W. *O Imperialismo*. In: WOODWARD, C. Vann (org.) *Ensaio comparativo sobre a História Americana*. São Paulo: Cultrix, 1972, p.262-279.

### A- Ideias gerais do texto

Vamos refletir sobre o texto *O Imperialismo*, do norte-americano Robin W. Winks (1930-2003), diplomata, historiador e professor de Yale. Para nós, latino-americanos, é bastante natural pensarmos nas relações políticas, econômicas e culturais que os Estados Unidos estabelecem conosco como uma espécie de imperialismo. Chegamos ao ponto de atribuir, em alguns momentos, parte de nossa instabilidade ao imperialismo norte-americano. Sem dúvida, esse aspecto era mais evidente durante a Guerra Fria, na qual os conflitos entre sistemas capitalistas e comunistas produziram visões negativas das esquerdas latino-americanas sobre os Estados Unidos. Mas o que significa imperialismo? Qual é a crítica que está embutida nesse termo? Quais as implicações de pensarmos os Estados Unidos como um país imperialista? Qual é a especificidade do imperialismo norte-americano?

Logo, no início do texto, Winks nos faz uma provocação ao afirmar que "O depositário do poder é sempre impopular", frase conhecida, segundo ele, por todos os homens de poder que contribuíram para o desenvolvimento de grandes potências, como Theodor Roosevelt, que tomou o Panamá da Colômbia e construiu um canal que liga o Atlântico ao Pacífico sem pedir a permissão de nenhuma outra nação. Com efeito, todo o depositário do poder é lido como imperialista.

**E o imperialismo é, por sua vez, interpretado de maneira pejorativa. O termo se tornou elástico, ao ser associado a todos os homens que utilizam o poder para a expansão, consolidação e conquista. Ou seja, são imperialistas os que têm poder econômico, político e militar, mas ninguém que possui poder econômico, político e militar gosta, nos últimos tempos, de ser nomeado como tal.**

No caso dos norte-americanos, muitos negam que o país seja imperialista ou que tenha tido um passado imperialista, e sim um passado expansionista ou progressista, comprometido com a república democrática. Isto é, para eles, muito diferente de outros países considerados imperiais, como a Inglaterra, que se via como um império, no século XIX, e justificava a sua dominação com base na ideia da "superioridade cultural".

Fica claro, aqui, quando observamos o caso da Inglaterra, que o termo *imperialismo* nem sempre foi visto de maneira pejorativa. No final do século XIX, a Inglaterra se orgulhava de ser a grande potência imperialista capaz de levar a razão, o progresso e a ordem aos quatro cantos do mundo, mesmo que isso significasse o fim das práticas culturais, políticas e religiosas do povo a ser conquistado.

Os holandeses, franceses, norte-americanos e, até mesmo, o Corpo de Paz, sentiram esse mesmo espírito missionário ao dominar suas respectivas regiões. É uma mistura de sacrifício, arrogância, superioridade, *progressismo*, cristianismo que envolve a prática imperial. *Colonizar o espírito* é influenciar de maneira determinante o "outro" e, nesse caso, segundo o historiador, ninguém gosta de

ser o influenciado, pois há "uma considerável indignidade em se deixar dominar".

No século XIX, os projetos expansionistas associados ao imperialismo utilizaram uma série de justificativas para dominar outras regiões, como o recurso à ciência natural. Com seus argumentos científicos, objetivos e hierárquicos, que estabelecia classificações de povos, raças, religiões e costumes, essa ciência foi responsável por atestar aquilo que era superior e aquilo era inferior.



Como se o cientistas fossem capazes de atestar e comprovar que os ingleses eram superiores aos indianos pela sua manifestação cultural, ou os africanos inferiores aos alemães pela questão racial. Isso, absurdo nos dias de hoje, teve o apoio da ciência natural e fomentou a prática imperialista.

Com efeito, o imperialismo europeu e norte-americano desconsiderou a diferença e julgou o "outro" sem, de fato, conhecê-lo. Impuseram aquilo que consideravam o mais apropriado aos africanos, asiáticos e latino-americanos, sem perguntarem a eles o que ou se precisavam daquilo.

É interessante pensar na observação de Winks sobre o fato de os Estados Unidos não se verem como país imperialista, porque foi fruto de um antigo império colonial e formado na crença de que construiu um novo mundo, com povos de diversas origens, vítimas, inclusive, das lutas imperiais e vinculadas aos princípios republicanos.

Somado a isso, as intervenções norte-americanas em diversas regiões do mundo tinham um caráter, segundo afirma, *habilitador* para que fossem admitidas na união: ou aprendiam a governar a si mesmas sob os princípios democráticos e republicanos ou não seriam passíveis de serem anexadas. Isso se traduziu em uma espécie de domínio indireto e rápido, pois não existiu nos Estados Unidos nenhum serviço militar público, nem organização militar de ultramar, nenhum sistema educacional e nem mesmo nenhum "departamento colonial", durante o século XIX e a primeira metade do século XX.

A ideia é pensar, segundo o autor, como o poder norte-americano foi mobilizado pela primeira vez contra os menos poderosos e como foi empregado. Como sabemos, houve dois períodos de expansão norte-americana: o primeiro, ocorrido entre 1803 a 1853, foi de crescimento interno em direção ao Oeste, completado com a conquista de parte do território mexicano. Foi imperialista esse período? O historiador considera que pode ter sido, uma vez que foi justificado como uma prática de direito natural, de missão nacional e destino manifesto, na qual muitos norte-americanos se fiaram ao acreditar que compartilhavam de valores superiores, aos dos indígenas e africanos. Nesse caso, não era preciso o "outro", encontrado no exterior, para reafirmar a superioridade norte-americana, pois ela já encontrava no índio e no negro, sujeitos a serem marginalizados e superados.

Após a Guerra Civil norte-americana (1861-1865) e a compra do Alasca da Rússia ocorreu um projeto expansionista para além-mar, com características marcadamente imperialistas. Isso porque os Estados Unidos apoiaram e interviveram na independência de Cuba, Porto Rico, Filipinas, Havaí e Panamá, com base na Doutrina Monroe, em 1823.



Seguiu com intervenções no Haiti, Nicarágua, Honduras e República Dominicana. No entanto, para o historiador, há algumas particularidades no imperialismo norte-americano, que devem ser levadas em consideração em relação às outras potências imperialistas, como a Inglaterra. Três diferenças se destacam:



1 - As anexações norte-americanas eram sempre de regiões estratégicas, em sua maioria, ilhas. Ex: Porto Rico e Havaí.

2 - As intervenções norte-americanas eram temporárias e com objetivos limitados, evidenciando uma natureza imperial transitória.

3 - As ingerências norte-americanas eram indiferentes à cultura local. Demonstraram, por exemplo, desprezo e ignorância pela cultura espanhola na América, diferente das atitudes adotadas por países imperialistas, como a França e a Inglaterra.

O que, então, caracterizou império norte-americano foi, para o autor, a tentativa de ajustar as possessões coloniais ao republicanismo capitalista: formar um sistema econômico único e vantajoso às colônias, que, como produtoras primárias, precisariam de um mercado consumidor que só encontrariam nos Estados Unidos. Winks defende a ideia de que muitas das colônias, como as Filipinas e Porto Rico, nem eram lucrativas; já tinham sido colonizadas por outras nações europeias e desejavam a proteção norte-americana, que concedia relativa autonomia a elas.

Seguindo a sua linha de raciocínio, nenhuma colônia europeia conseguiu a independência após a Segunda Guerra Mundial. Já os Estados Unidos haviam libertado Cuba de suas imposições administrativas, em 1934; prometeram a liberdade às Filipinas e ofereceram a independência a Porto Rico, negada por eles mesmos. Para o historiador, o país nem precisava ter feito isso, uma vez que tinha se tornado a maior potência mundial após esse período. Ou talvez o país tenha feito isso porque descobriu uma nova forma de exercer o imperialismo, ou seja, uma maneira de expandir o capitalismo industrial e de difundir os seus valores culturais, sem intervir de forma permanente na soberania das nações.

Apesar de o autor reconhecer os Estados Unidos como um país imperialista e procurar tratar da sua especificidade, levando em consideração muitas de suas arbitrariedades, não podemos deixar de acrescentar que muitas das intervenções norte-americanas na América Latina tiveram como efeito o aumento das desigualdades sociais e a permanência de uma elite política no poder. Não podemos nos esquecer de que o autor escreve justamente durante a Guerra Fria, período em que os Estados Unidos intervieram em muitos países latino-americanos, apoiando muitos golpes militares, como foi o de Pinochet, no Chile, em 1973. Assim, em nome da democracia e da liberdade, gerou-se extremas injustiças sociais e econômicas.

O diplomata Winks se adianta em defesa dos Estados Unidos ao afirmar: “A América do Norte não detém o monopólio da delinquência juvenil, do índice crescente da criminalidade, nem do automóvel e seus excessos.”<sup>20</sup> É claro que, como latino-americanos, sabemos que os Estados Unidos não podem ser responsabilizado por todas as mazelas sociais e injustiças históricas na região. No entanto, é preciso dizer que a difusão do capitalismo liberal, segundo os seus próprios interesses, não contribuiu para a justiça social e a implementação de políticas democráticas na região.

Por fim, Winks reconhece alguns dos limites de uma política imperial ao afirmar que, como todos os imperialismos, o norte-americano foi contraditório e poderia fazer todo um povo parecer hipócrita. No entanto, sabemos que essa política imperial não findou no século XIX e início do XX, como nos faz perceber o diplomata; permanece como uma obsessão contínua de domínio, poder e conquista do capitalismo liberal norte-americano.

Exemplos não faltam: as invasões recentes ao Iraque pelas forças armadas norte-americanas em nome da democracia e interessadas no petróleo ilustram parte das arbitrariedades de uma política imperial. Autores críticos às observações de Winks são muitos, como o linguista norte-americano Noam

<sup>20</sup> WINKS, Robin W. “O Imperialismo”. In: WOODWARD, C. Vann (org.) *Ensaios comparativos sobre a História Americana*. São Paulo: Cultrix, 1972, p.276.

Chomsky, o palestino Edward Said, o iraniano Tariq Ali, etc.

### B-O tema em questão no livro didático

Leia texto do historiador marxista Raymundo Campos sobre o imperialismo norte-americano na América Latina.

#### A política imperialista

"Chegando ao Pacífico, os Estados Unidos tornaram-se uma das nações imperialistas naquele oceano. O desenvolvimento do imperialismo americano no continente asiático e na América Central foi a principal razão da guerra entre os Estados Unidos e Espanha no ano de 1898. A guerra foi desencadeada tendo como pretexto a ajuda americana à independência de Cuba e terminou com a derrota da Espanha e a anexação de Porto Rico e Filipinas pelos americanos.

Logo depois da guerra com a Espanha, os Estados Unidos iniciaram uma sistemática política intervencionista nos negócios da América Latina que foi chamada pelo presidente Theodore Roosevelt de "a política do grande porrete" ("big stick policy"). Os Estados Unidos, na defesa dos seus interesses, reservavam-se o direito de intervir nos países latino-americanos pela força, se necessário. A partir daí, o México e os países da América Central foram as principais vítimas das múltiplas intervenções armadas norte-americanas".

**CAMPOS, Raymundo.** *"Estados Unidos e Inglaterra na segunda metade do século XIX". História geral. Vol. 2 Idades Moderna e Contemporânea. São Paulo: Editora Atual, 1978, p.139.*

#### Algumas questões para pensar

Como notar, no texto, a especificidade do imperialismo norte-americano? O que, de fato, os Estados Unidos desejaram com essas intervenções e anexações? A América Latina é vítima dos Estados Unidos? Como refletir sobre essas questões sem interpretá-las de forma maniqueísta (bom e mau; certo e errado)? De que forma o texto lido nos ajuda a repensar as colocações de Raymundo Campos?

#### Algumas observações sobre o texto de Raymundo Campos

Um ponto de partida para responder a algumas das questões que apresentei é, entre outros, o de perceber que Raymundo Campos é um historiador marxista que escreve o seu livro didático durante a Guerra Fria, ou seja, no momento de intensos conflitos ideológicos entre o capitalismo liberal norte-americano e os ideais comunistas. Nessa época, a América Latina era vista pelas esquerdas como a vítima e os Estados Unidos como o algoz. Atualmente, essa visão permanece? Como interpretar a política externa norte-americana na era da globalização? Em que medida o texto de Wincks nos concede outros elementos para pensarmos sobre a política imperial?

#### Bibliografia complementar sobre o imperialismo

AYERBE, Luis Fernando. *Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia*. SP: UNESP, 2002.

CASTAÑEDA, Jorge. O crisol cubano. In: *Utopia desarmada: intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana*. SP: Cia das Letras, 1994, p. 55-83.

PECEQUILO, C. S. *A política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?* Porto Alegre: UFRGS, 2005.

SALVATORE, Ricardo. *Imágenes de un império: Estados Unidos y las formas de representación de América Latina*. Buenos Aires, 2006.

SCHOUTLS, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão – uma história da política norte-americana em relação à América Latina*. Bauru/SP: EDUSC, 2000.